

CPI DESCOBRE NEGÓCIOS SUSPEITOS E LUIZ ESTEVÃO PERDE APOIO NO PMDB E NA JUSTIÇA

TRÊS DERROTAS

Anamaria Rossi e Antonio Vital
Da equipe do Correio

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) perdeu ontem em três frentes. Depois de ter sido apontado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Judiciário como suspeito de ter se beneficiado do dinheiro desviado do Fórum Trabalhista de São Paulo, ele sofreu novas derrotas na Justiça, na CPI e no próprio partido. No Supremo Tribunal Federal, o ministro Celso de Mello autorizou o prosseguimento de uma investigação que havia sido suspensa a pedido de Estevão em julho. No Congresso, um relatório complementar da CPI acrescentou três negócios à lista de operações suspeitas feitas entre o Grupo OK, do senador, e o Grupo Monteiro de Barros, responsável pela obra superfaturada do tribunal paulista. No próprio partido, o PMDB, nova derrota. Os correligionários de Estevão decidiram aprovar um eventual pedido judicial para que ele seja processado. O senador vem sofrendo golpes sucessivos desde a aprovação do relatório final da CPI, há uma semana. A primeira foi a perda de uma das relatorias do Plano Plurianual, enviado pelo governo ao Congresso.

NO PARTIDO

PMDB DECIDE
AUTORIZAR PROCESSO

O PMDB deu ontem o mais forte sinal, até agora, de que não vai se complicar para defender o senador Luiz Estevão (PMDB-DF). A bancada do partido no Senado reuniu-se, decidiu por unanimidade e divulgou nota oficial afirmando que vai votar a favor de um pedido de licença do Supremo Tribunal Federal (STF) para processar Estevão.

A decisão sinaliza com clareza o que o próprio presidente do partido, senador Jader Barbalho (PMDB-PA), deixou claro em conversa com os peemedebistas do Conselho de Ética do Senado, que recebe e encaminha o pedido de cassação: a defesa de Estevão esbarra no limite da conveniência do partido.

Luiz Estevão foi apontado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Judiciário como suspeito de enriquecimento ilícito, falsidade ideológica, conluio em licitação e ato lesivo ao patrimônio público devido a suas ligações com a construtora da superfaturada Fórum Trabalhista de São Paulo.

"Desde já deixamos bem claro que se o Ministério Público e o Supremo pedirem autorização ao Senado para processar Luiz Estevão, nós votaremos favoravelmente", informou Jader Barbalho. A decisão foi tomada na quarta-feira à noite, em reunião que contou com 23 dos 24 senadores do partido — o único ausente foi Estevão. "Estamos reafirmando o que determinou o relatório: que o Ministério Público aprofunde as investigações. E se o Supremo quiser processá-lo, nós autorizaremos", disse Jader.

O pedido de cassação do mandato de

Luiz Estevão por quebra de decoro parlamentar deve ser formalizado em meados de dezembro pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Em reunião no dia 6 de dezembro, a entidade decide se encaminha o pedido ao Senado. Se a OAB não assumir a dianteira do processo, o PT o fará.

Chegando ao Senado, o pedido é recebido pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, presidido por Ramez Tebet (PMDB-MT), presidente da CPI do Judiciário. Se considerar necessário, o Conselho pode designar uma Comissão de Inquérito para apurar os fatos relativos ao pedido de cassação.

A Comissão ou o Conselho dão um prazo de cinco sessões ordinárias para que o senador investigado se defenda. Se ele não se defender, o próprio Conselho nomeia um defensor. Depois da defesa, o Conselho ou a Comissão fazem as diligências que considerarem necessárias e, em um prazo também de cinco sessões ordinárias, apresentam o parecer pela procedência ou arquivamento da representação contra o senador.

Se o parecer for favorável à cassação, ele segue para análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, a quem cabe examinar os aspectos constitucional e legal da representação também em um prazo máximo de cinco sessões ordinárias. Depois disso, o processo é encaminhado à Mesa Diretora do Senado, lido em uma sessão, publicado no *Diário do Congresso Nacional* e encaminhado a votação. A perda de mandato é decidida em sessão secreta e só ocorre com a maioria absoluta dos votos, ou seja, o voto de 41 dos 81 senadores.

NA JUSTIÇA

SUPREMO MANDA
REABRIR INQUÉRITO

O ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, autorizou o prosseguimento de um inquérito civil público instaurado por procuradores da República em São Paulo para investigar as ligações do Grupo Monteiro de Barros com as empresas do Grupo OK, do senador Luiz Estevão (PMDB-DF). O inquérito havia sido suspenso por uma liminar concedida no dia 9 de julho pelo ministro Marco Aurélio de Mello. A liminar foi cassada ontem mas o assunto pode ir ao plenário do STF se Estevão recorrer da decisão.

A decisão de Celso de Mello abre caminho para o senador, sócio do Grupo OK, ser processado em uma ação cível por improbidade administrativa. Neste caso, não existe a necessidade de o Senado autorizar a abertura de processo. Ações cíveis são julgadas pela Justiça Federal e não pelo STF, responsável pelo julgamento de ações criminais. Em caso de condenação por improbidade administrativa, uma

das consequências é a perda dos direitos políticos por oito anos. O que, no caso de Estevão, implica em cassação do mandato.

Celso de Mello cassou a liminar concedida pelo colega Marco Aurélio porque já é relator de outras ações envolvendo Luiz Estevão. Marco Aurélio havia concordado com as alegações, feitas por Estevão, de que os procuradores da República em São Paulo estavam, na verdade, fazendo uma investigação criminal disfarçada de inquérito cível. Como ações criminais envolvendo parlamentar têm que ser julgadas pelo STF, Estevão queria extinguir a investigação. Durante mais de quatro meses, conseguiu.

Celso de Mel-

NA CPI

COLARINHO BRANCO
E SONEGAÇÃO

A CPI do Judiciário, em relatório final aprovado ontem, revela uma operação quadrangular de empréstimo envolvendo empresas dos grupos OK e Monteiro de Barros que pode vir a ser enquadrada na Lei do Colarinho Branco. A operação será investigada pelo Banco Central.

A CPI descobriu esta semana, depois de aprovado o relatório sobre o caso da obra do Fórum, uma nova transação "que não demonstra lógica", nas palavras do relator Paulo Souto (PFL-BA). Em 13 de março de 1998, o Banco OK de In-

vestimentos fez uma aplicação financeira no Banco Barclays e Galicia S/A, no valor de R\$ 1,9 milhão. No mesmo dia, o Barclays emprestou R\$ 1,9 milhão à Construtora Ikal, do Grupo Monteiro de Barros. A aplicação do Banco OK foi dada ao Banco Barclays em garantia ao empréstimo da Ikal.

O empréstimo saiu do Barclays em dois cheques. Um, no valor de R\$ 734,5 mil, foi depositado na conta da Ikal. O segundo, de R\$ 1,1 milhão, nominal à Ikal, foi endossado e depositado na conta da Saenco Saneamento e Construções, do Grupo OK. Os juros do empréstimo foram pagos pelo Grupo Monteiro de Barros. A última parcela dos juros e o principal da dívida foram pagos pelo Banco OK.

"Qual a necessidade da Construtora Ikal tomar empréstimos para repassar à Saenco quando este mesmo empréstimo é garantido pelo Banco OK, empresa do mesmo grupo da Saenco?", pergunta o relator. O advogado criminalista José Gerardo Grossi sente cheiro de simulação no ar. "Toda a aparência é de uma simulação. À primeira vista parece que o Barclays emprestou dinheiro para a Ikal, mas olhando bem parece mesmo é que o Banco OK emprestou dinheiro para a Saenco, numa operação quadrangular", diz.

Se for comprovada essa hipótese, de acordo com Grossi e com um consultor do Banco Central ouvido pelo Correio, a operação pode ser enquadrada na Lei do Colarinho Branco, a 7492, e na Lei do Sistema Financeiro, a 4595, que proíbem um banco de emprestar dinheiro para empresas do mesmo grupo. A pena prevista para esse crime é de dois a seis anos de reclusão.

O capítulo extra do relatório da CPI sobre a obra do Fórum paulista levanta também algumas estranhezas apontadas por uma auditoria da Receita Federal nas empresas do Grupo OK que receberam pagamentos do Grupo Monteiro de Barros durante a obra superfaturada.

A Receita quis saber a que título foram contabilizados os cheques que o Grupo OK recebeu das empresas paulistas. Descobriu que entre 1994 e 1997 esses recursos — R\$ 23 milhões — foram escriturados numa conta aberta, a título de "Contrato de mútuo/venda de imóveis". Somente no livro caixa de 1998, autenticado na Junta Comercial do Distrito Federal em 20 de outubro

passado, é que são feitas referências aos negócios que justificariam os cheques: a compra de uma fazenda no Mato Grosso e de um terreno em São Paulo e a parceria em um terminal de cargas no Rio de Janeiro.

O saldo da conta anterior é baixado para três contas diferentes: Alienação de imóveis (R\$ 5 milhões); Terminal RJ (R\$ 8,3 milhões); e juros e multas recebidos (R\$ 3,6 milhões); mais R\$ 6,1 milhões). E

só então os rendimentos são oferecidos à tributação.

De acordo com um tributarista ouvido pelo Correio, que preferiu manter-se anônimo, embora não seja irregular, não é comum uma empresa manter por tanto tempo uma conta de mútuo (empréstimo) em aberto.

A Receita descobriu também que os valores declarados por vendedor e compradores da Fazenda Santa Terezinha não coincidem. Fiscalização na Codeara, a vendedora, mostrou que a venda da fazenda aos grupos OK e Monteiro de Barros foi contabilizada, ali, por R\$ 1,69 milhão, em 1994. No contrato particular de compra e venda os 54 mil hectares são pactuados por US\$ 2 milhões. Nas escrituras apresentadas por Fábio Monteiro de Barros a terra custou mais de R\$ 5 milhões. E os cheques repassados pela Monteiro de Barros para o Grupo OK em pagamento pela fazenda somam mais de US\$ 15 milhões.

/// Imagem manipulada em computador. Foto: José Varella. Arte: Kacio

